

Lyra sai e Ulysses chama o PMDB de "vaca leiteira"

Moreira Mariz

Da Sucursal de Brasília

Dois dos principais deputados federais do PMDB pernambucano — Fernando Lyra e Cristina Tavares — anunciaram ontem seu desligamento do partido. O presidente do Congresso constituinte e do PMDB, Ulysses Guimarães, depois de tomar conhecimento da decisão, defendeu a permanência dos deputados. "O PMDB tem sido uma vaca leiteira, sempre deu a todos nós os votos da legenda e, numa hora de dificuldade, devemos dar ao partido", disse Ulysses. O deputado considerou "profundamente dolorosas" as saídas anunciadas e afirmou que continuará a "fazer apelos" para evitar novas deserções.

Lyra e Cristina anunciaram a saída em discursos com duras críticas à direção peemedebista e ao presidente José Sarney. Eles ressaltaram que a decisão tornou-se irreversível com a aprovação do presidencialismo e do mandato de cinco anos para os futuros presidentes.

"Em troca de dinheiro, muito dinheiro, dinheiro do povo, ao lado dos aliados da ditadura de ontem, membros desta Casa alugaram consciências, traíram princípios e o próprio povo, votando pelos cinco anos de mandato", disse Lyra. "Tudo isso sob a batuta do Palácio do Planalto e o olhar complacente da cúpula do PMDB".

Lyra afirmou que deixa o PMDB

"em busca das transformações que os imobilistas incrustados no governo e na cúpula do partido nos impediram de fazer". Dirigindo-se ao líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, Lyra disse que continuará a votar sob sua orientação e acrescentou olhando para Covas: "Nos encontraremos brevemente."

Cristina criticou a política econômica da "Nova República" e o mandato de cinco anos para Sarney. Atacou a atuação da Constituinte na questão do sistema de governo e do mandato. "Militares, ministros civis e governadores transformaram a Constituinte em um balcão de negócios escusos", disse Cristina. "Tudo isto se faz com o apoio explícito do PMDB, da sua maioria adesista e fisiológica e da direção partidária."

A deputada afirmou que ficará sem partido até que haja uma definição sobre o possível surgimento de uma nova legenda, com outros descontentes do PMDB. A outra opção, disse Cristina, seria ingressar no PSB. Lyra disse que também pretende integrar um partido de linha social democrática, acrescentando que aguardará os acontecimentos antes de se definir. Ambos enviaram telegramas ao governador Miguel Arraes, informando que continuarão a apoiá-lo.

Hoje, deverão oficializar o desligamento do PMDB o senador Teotônio Vilela Filho (AL) e o deputado Tadeu França (PR).



O deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB e do Congresso constituinte, fala ao microfone dando encerramento à sessão do plenário por falta de quórum

Centro-esquerda do partido lança documento e oficializa dissidência

Da Sucursal de Brasília

O grupo de centro-esquerda do PMDB divulgará na próxima semana (sem data definida) um documento com três pontos básicos: o rompimento oficial com o governo Sarney, a proposta de renúncia dos ministros peemedebistas e a defesa enfática de eleições presidenciais este ano. O grupo deixará claro que as diretas-88 representam o "divisor de águas": o mandato de cinco anos para Sarney causará a divisão definitiva do PMDB. "Oficializaremos a dissidência, mas a saída do partido ainda não", disse o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso (SP).

Cardoso afirmou que o documento já foi assinado por 20 dos 43 senadores peemedebistas. "Chegaremos a 25", assegurou. O deputado Euclides Scalco (PR) colherá assi-

naturas entre os deputados. Segundo Scalco, os signatários atuarão como um bloco dentro do PMDB. Cardoso acrescentou que o grupo atuará como "dissidência do PMDB e oposição aberta ao governo".

"Subscrevirei o documento e os objetivos do grupo", afirmou o líder do PMDB no Congresso constituinte, senador Mário Covas (SP). "Não é de hoje que defendo o rompimento com o governo", acrescentou. Covas continua a evitar comentários sobre sua possível saída do PMDB. "O dia em que o partido atrapalhar mais do que ajudar, eu saio", disse.

Os chamados "descontentes" do PMDB têm reunião marcada para hoje, às 17h, na casa do deputado Pimenta da Veiga (MG), que já oficializou seu desligamento do partido. A votação do mandato do presidente Sarney será o momento decisivo para o grupo, como admi-

tem seus membros. O racha somente deverá se concretizar, no entanto, se for liderado por Covas. Isto não impedirá, por outro lado, saídas isoladas de parlamentares.

O presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, limitou-se a dizer que não tem "conhecimento oficial" do documento e afirmou ser contrário à formação de blocos no Congresso. "Devemos prestigiar os partidos", afirmou Ulysses.

O grupo também pretende enviar o documento aos governadores identificados com as propostas. Espere-se que o governador da Bahia, Waldir Pires, se manifeste favoravelmente à iniciativa.

A divulgação do documento ficou para a próxima semana para que haja maior número de deputados em Brasília. Não havia previsões de quantos peemedebistas assinarão o manifesto.

Deputado poderá adotar medidas para punir os faltosos do plenário

ANDRÉ SINGER
Secretário de Redação

Diante da repetida falta de quórum que tem impedido o funcionamento do Congresso constituinte está se fortalecendo a tese de estabelecer punições para os faltosos. O deputado Ulysses Guimarães está inclinado a adotar tais medidas, para tocar o barco para frente. Mário Covas também tem pressionado nesse sentido.

Parado desde que votou o sistema de governo e o mandato dos futuros presidentes da República, uma semana atrás, o Congresso constituinte corre o risco de esticar-se indefinidamente, com duas consequências políticas imediatas. A primeira é a desmoralização da Casa, que vinha ganhando autoridade conforme avançava em seus trabalhos. A segunda é a possível inviabilização das eleições municipais este ano, ao não definir a tempo as regras do pleito.

Paradoxalmente às duas grandes forças que se contrapuseram na última terça-feira interessa que os trabalhos se apressem. A Ulysses porque daí advém a sua autoridade e



O plenário permaneceu vazio; não houve quórum na tarde de ontem

peso político, e a Sarney porque quanto mais tempo passar até a votação das Disposições Transitórias onde seu mandato ficará definido, maior é o preço fisiológico a ser pago pelo apoio aos cinco anos. O Congresso constituinte parou

pelo desânimo do bloco parlamentarista, em geral muito ativo, e pela revoada dos fisiológicos que só voltarão sob muita pressão e sabe-se lá a que preço. Enquanto isso, nada acontece. Apenas o país continua a deriva. Boa Páscoa.

Presidencialismo aguarda quórum

Da Sucursal de Brasília

Os trabalhos do Congresso constituinte continuaram paralisados ontem. Apenas 159 parlamentares compareceram à sessão, que se resumiu a alguns discursos, até que o deputado Ulysses Guimarães a encerrasse. "Mantenho as convocações para amanhã (hoje) e quarta-feira", afirmou Ulysses. Mas a previsão é de que a votação somente será retomada na próxima segunda ou terça-feira.

A paralisação atrapalha a defini-

ção final sobre o sistema de governo. A aprovação do presidencialismo na semana passada ainda não garantiu um mecanismo acabado de governo. Parlamentaristas e os próprios presidencialistas afirmam que o texto aprovado necessita de reparos. "Na verdade, são aprimoramentos", disse o deputado Milton Reis (PMDB-MG), presidencialista.

Os presidencialistas já decidiram abandonar a proposta de "parlamentarizar" o presidencialismo, criando, por exemplo, a figura do

primeiro-ministro coordenador. O presidencialismo "mitigado" resultaria de emendas do deputado Manoel Moreira (PMDB-SP).

A principal questão ainda a ser discutida é o mecanismo da moção de censura a ministros. Pelo texto aprovado, um terço da Câmara poderá apresentar moção de censura a um ministro. Se dois terços aprovarem a medida, o ministro será exonerado. Uma das alterações em pauta prevê a diminuição do quórum de aprovação para a maioria absoluta (metade mais um).



Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso e José Richa (esq. para dir.) conversam no gabinete do senador paranaense

ACM defende no Rio a 'revisão' de pontos aprovados pela Constituinte

Da Sucursal do Rio

O ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, disse ontem, no Rio, após almoçar no Palácio Laranjeiras com o governador fluminense, Wellington Moreira Franco (PMDB), que considera necessárias revisões em "alguns pontos" do texto da nova Constituição aprovado até agora pelo Congresso constituinte.

O ministro não quis especificar os pontos, dizendo apenas que em função deles "um significativo número de empresas brasileiras se tornaria inviável".

Sempre sem detalhar os pontos que considera necessário rever, An-

tônio Carlos Magalhães resumiu o que considera equivocado no texto com a seguinte frase: "Não há compatibilidade entre os benefícios e receitas" previstos para a administração federal.

Bloco suprapartidário

O ministro comentou também o projeto do presidente José Sarney de formar um bloco suprapartidário no Congresso constituinte com os parlamentares que votaram no dia 22, no mandato presidencial de cinco anos. No seu entender, a formação desse bloco "contribuirá para fortalecer o governo", mas disse que o presidente Sarney deverá primeiro "avaliar com cuidado o assunto, para escolher o momento certo de

deflagrar a formação de um novo partido político".

Antônio Carlos nada revelou sobre seu encontro com Moreira Franco, mas elogiou o governador, que, segundo ele, depois de ter defendido um mandato de quatro anos para Sarney desistiu de lutar por eleições diretas em 1988 em consequência da aprovação do presidencialismo e do mandato presidencial de cinco anos pelo Congresso constituinte.

"Moreira não vai agredir os fatos", disse o ministro, referindo-se à convocação do governador de que se tornou "aritmeticamente impossível" reverter a tendência dos constituintes em favor do mandato de cinco anos também para o presidente José Sarney.

Cardoso Alves quer apoio de Quêrcia para chegar à presidência da Câmara

Da Redação

O deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) pediu ontem ao governador de São Paulo, Orestes Quêrcia, apoio à sua candidatura à presidência da Câmara dos Deputados, ocupada hoje por Ulysses Guimarães (SP). A eleição para o cargo acontecerá em 1º de fevereiro do próximo ano.

A saída do encontro, Cardoso Alves disse que pediu "a solidariedade de sua excelência uma vez que o governo de São Paulo é uma poderosa máquina e um poderoso instrumento político". Afirmou que

se for eleito, "vamos dirigir o Brasil na nova fase do presidencialismo sem a hipertrofia do Executivo e sem a atrofia do Legislativo e do Judiciário".

Em entrevista coletiva, o gover-

nador limitou-se a dizer que a candidatura de Cardoso Alves dizia respeito "à economia interna" da Câmara dos Deputados. Quêrcia viaja hoje para Brasília.